

AS MULHERES NO MUNDO DA ARBITRAGEM FUTEBOLÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DOS CORPOS E A DOMINAÇÃO MASCULINA NO FUTEBOL

Ineildes Calheiro dos Santos¹

Orientadora: profa. Dra. Suely Messeder

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as mulheres no mundo da arbitragem futebolística origina-se da minha vivência por uma década no esporte, bem como da minha trajetória acadêmica no campo da educação física. Se por um lado, como ex-atleta e árbitra de futebol atuante, pertencente ao quadro estadual e nacional, experienciei a divisão sexual no trabalho desportivo, os preconceitos de gênero, raça/cor e classe e relações de poder e subalternização que tais marcadores promovem nas mulheres. Por outro, lado no curso de educação física percebi a ausência do debate desses marcadores sociais, bem como tais marcadores são “naturalmente” naturalizados entre nós.

Este artigo tem como finalidade esboçar a pesquisa de mestrado. Aqui iremos analisar os critérios de seleção para a inserção de gênero na arbitragem em futebol no Brasil, teremos a oportunidade de indicar o quantitativo de homens e mulheres neste setor, verificaremos como essas mulheres ultrapassam as barreiras (biológicas) de sexo/gênero, tornando-se árbitras, em seguida, tentaremos interpretar a problemática da divisão sexual no trabalho desportivo.

JUSTIFICATIVA

Neste estudo, pretende-se discutir a diferença do desempenho físico e esportivo entre homens e mulheres no mundo do trabalho de arbitragem em futebol no Brasil, *cujo tema escolhido* é devido à constatação da presença maciça de homens arbitrando, muito embora já existam mulheres neste campo. Contudo, inquieta-nos as desigualdades quantitativas e nas oportunidades, já que tal modalidade se enquadra no mercado de trabalho e já se insere no setor formal². Frisamos que, nos últimos anos, vêm ocorrendo megaeventos futebolísticos no Brasil, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, respectivamente em 2013 e 2014, onde se verifica a ausência de mulheres no exercício da função de arbitragem. Foi nesse sentido que demarcamos o **problema**, iniciando com duas questões: 1) Quais são os critérios de avaliação do perfil físico para alcançar as características e qualidades ideais para se tornar um juiz de futebol? 2) E como estas mulheres conseguiram borrar as

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br. Bolsista FAPESB

² Lei 12.867, sancionada em 10/10/2013 pela então presidenta da República.

fronteiras das relações de gênero/sexo e se tornaram árbitras no futebol? Com isso, será investigada a mulher no mundo da arbitragem, focando a divisão sexual, que envolve questões de violência simbólica, hegemonia masculina e poder. A utilização desse recorte pode elucidar várias questões relacionadas a gênero no esporte. Assim sendo, tendo como objeto as relações de gênero no futebol e visando ampliar esta discussão, sua relevância adentra ao contexto social e científico.

A eficácia deste estudo concerne aos estudos feministas e pós-estruturalistas, cujos debates atuais mostram a *“engenharia da construção dos corpos sexuais”*, com os efeitos da lógica binária, como na teoria queer, destacando a hierarquia, a dominação e exclusão, tendo sua base no que está fora das normas, regras e imposições sociais. Assim, observamos que as diferenças sexuais e sua biologização/naturalização têm contribuído para as desigualdades nas relações de gênero e no sexismo, sendo que os binarismos sexuais reforçam a hegemonia masculina, adentrando no mercado de trabalho. Nos resultados, esperamos descobrir os motivos que levam às disparidades quantitativas e nas oportunidades para a função de arbitragem em futebol e confirmar a hipótese de que as diferenças do desempenho/aptidão física/performance entre os sexos são processos da construção social vinculados às tecnologias de gênero. Portanto, pautar a inclusão de mulheres no esporte, a partir do confronto e na disputa de força com os homens, é insistir com a biologização ou com a exclusão de gênero, o que não passa de uma questão política e estratégica de hegemonia masculina. Desvendar essa parafernália, no contexto teórico-metodológico-prático, mostrando a *“intenção”* masculinista, faz parte do nosso propósito por duas questões: social e de militância feminista.

Desta maneira, por acreditarmos no poder da educação como transformadora de consciências, conceitos e paradigmas, pretende-se discutir ações que visem, no futuro, minimizar as diferenças físicas entre os sexos, a redução da divisão sexual do trabalho, que requer desempenho físico, refletindo, sobretudo, na formação de professores de educação física, envolvendo nas discussões o paradigma da naturalização sexual dos corpos. Com isso, pretendemos contribuir para as melhorias femininas na arbitragem, pensando em ações e diálogos cabíveis para o momento, visando o *“não prejuízo”* às mulheres, tendo como subsídios as leis dos direitos iguais entre os sexos e os acordos propostos na Convenção da ONU – Organização das Nações Unidas.

OBJETIVOS

Identificar os critérios de seleção e avaliação física para se tornar um juiz de futebol, bem como compreender como algumas mulheres ultrapassaram os limites sexuais e se inseriram nos critérios, identificando nas histórias de vida o papel da educação física, almejando discutir os resultados na educação interdisciplinar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Identificar os critérios de seleção para se tornar árbitro em futebol

Apresentar os critérios de avaliação física para a inserção na arbitragem e destacar, o considerado de maior obstáculo para a inserção das mulheres

Desvendar como as árbitras ultrapassaram os limites sexuais e se inseriram na arbitragem

Identificar o papel da educação física na história de vida das árbitras, discutindo os resultados da pesquisa na educação interdisciplinar.

MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa será qualitativa exploratória, reconstruindo a história de vida de 15 árbitras de futebol, atuantes ou ex-atuantes, aprovadas e reprovadas nas avaliações físicas, com entrevistas e questionários. Além disso, analisaremos os documentos de arbitragem, com a finalidade de constatar a vivência de mulheres neste setor, o quantitativo, seus enfrentamentos e para descrevermos, debatermos e nos posicionarmos, associando com os estudos feministas e pós-estruturalistas, focando a tecnologia de gênero.

Quanto à localização, a pesquisa será focada no território brasileiro, observando faixas-etárias, classe e raça/cor.

Instrumentos básicos - Utilizaremos entrevistas, questionários, imagens, mídia, internet, acompanhamento de jogos de futebol, escalas de árbitros e demais documentos de arbitragem (manuais, ofícios, circulares, estatuto do torcedor, a Lei Pelé, recortes de jornal e informações da internet).

REFERENCIAL TEÓRICO

O futebol brasileiro não somente é um jogo de chute na bola contra o outro, com o objetivo de ganhar. Também adentra ao mercado de trabalho e a função de arbitragem se insere no setor formal. No entanto, a problemática da divisão sexual no esporte, com suas disparidades, por vezes baseadas em binarismos paradigmáticos de sexo/gênero, força/fragilidade, dentre outras questões, limita e/ou exclui a participação da mulher no contexto do trabalho nesta modalidade desportiva. Tais fatores, que envolvem questões de tecnologia de gênero, violência simbólica, hegemonia masculina e poder, confrontadas com o fenômeno da natureza/cultura, são nossos focos discursivos.

Por esta razão, este recorte adentra aos estudos feministas e pós-estruturalistas, que nos darão subsídios para as compreensões e esclarecimentos a respeito da influência dos binarismos sexuais nessas relações, aqui evidenciadas como construção social, uma vez que, sob as diferenças sexuais no desempenho físico e paradigmas de força versus fragilidade inata, cremos nos seus efeitos em detrimento à mulher. Dentre as consequências, reforça-se, assim, as desigualdades sociais nas relações de gênero e se perpetua a supremacia masculina no mercado de trabalho desportivo.

Para a descrição desse estudo, nos reportamos a Giorgio Agamben (2013), com sua arquitetura nomeada de “Infância história”, nos remetendo à “experiência vivida” como laboratório, forma que vem ganhando impulso nos estudos atuais e que será a alavanca desta pesquisa. Desta forma, pensamos inter-relacionar os esquemas teóricos-críticos com os estudos de cunho biologizantes, ou seja, os estudos teóricos/discursivos, interpretativos e de experiência vivida, que nos permitem as mesmas interpretações conclusivas, cujas diferenças no desempenho físico/corporal são culturalmente construídas.

Conforme veremos, Simone de Beauvoir investiga, através de experiências, o gênero na perspectiva biológica, em várias fases do ciclo da vida, iniciando com a observação da relação entre os animais; Bourdieu usa uma teoria praxiológica para discutir as construções sociais das diferenças biológicas entre homens e mulheres; com o método científico/comparativo, Dartagnan Guedes e Joana Guedes (2002) discorrem sobre o desempenho físico e motor entre meninos e meninas, através da ciência laboratorial; enquanto Nieman (David, C. Nieman, 1999, 2011) varia no método, ao avaliar a fisiologia do exercício entre os sexos de diferentes formas. Portanto, a partir de distintos caminhos, esses estudiosos nos levam à reflexão sobre a falsa biologia/natureza fisiológica dos corpos sexualmente diferenciados.

Para um esclarecimento prévio dos estudos dos autores supracitados, trouxemos algumas citações: Beauvoir, afirma que: “[...] até os doze anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais [...]” (1967, p. 09/10).

Guedes, em seus estudos biologizantes, diz:

As diferenças sexuais na massa muscular são mínimas durante a infância, com os meninos apresentando uma ligeira maior proporção de massa muscular em relação ao peso corporal. No entanto, durante e depois da adolescência, as diferenças sexuais se evidenciam de forma bastante acentuada (GUEDES, 2002, p. 39-40).

Nas palavras seguintes, Nieman mostra que, na fase adulta, as distinções sexuais são evidenciadas. Vejamos:

[...] mesmo em termos de atletas de elite, as mulheres, comparadas aos homens, possuem uma menor massa corporal magra, maior porcentagem de gordura corporal, menor força corporal, menor volume sistólico e maior frequência cardíaca, menor volume sanguíneo e conteúdo de hemoglobina, e menos VO_{2max} (NIEMAN, 1999, p.30).

Nesta última citação, significa dizer que “as mulheres” (interpretamos como adultas) possuem uma composição física e fisiológica inferior (o que resulta em menor desempenho físico desportivo), em relação ao sexo oposto, realizando a mesma função desportiva.

Tais discussões podem ser fomentadas com o processo do higienismo, para a formação de um corpo feminino, belo e saudável, versus o corpo masculino, forte, como podemos ver com Goellner (2001), e com a influência da eugenia, nas teorias evolucionistas, para pensar e compreender o paradigma da fragilidade versus força inata. Nesse sentido, veremos os estudos de Lilia M. Schwarcz (1993), nomeado de “O espetáculo das Raças” e Samuel Branco (2004), com a obra intitulada “Polêmica: a evolução das espécies”, os quais nos mostram a teoria evolucionista como estratégia política e histórica de uma ideologia hierárquica e racial.

Estas questões serão confrontadas com o fenômeno da tecnologia de gênero, proibições e oportunidades no esporte. Sobre a proibição da mulher nos esportes brasileiros, nos pautaremos no Decreto de lei 3199 (que vigorou até 1979), art. 54 (antigo CDN), cuja legislação desportiva era usada como dispositivo de exclusão. Estas análises podem nos permitir pensar conforme a citação seguinte, de Bourdieu (2014):

[...] As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos, e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como habitus sexuais) [...]. (BOURDIEU, 2014, p, 14).

Diante das nossas leituras e estudos até aqui observados para a pesquisa, as diferenças físicas não são visíveis na tenra idade, elas vão se desenvolvendo, possivelmente, na pré-adolescência, quando as meninas são veementemente direcionadas a um comportamento rigoroso, regulado pela feminilidade, nos hábitos de vida e na cultura, conforme veremos com as feministas da discussão do corpo e, em particular, com “o Corpo Educado” de Guacira Louro, onde confrontaremos, checando as

tabelas de resultados de testes de avaliações físicas entre os sexos, nas diversas idades, mostradas por estudiosos da biologia.

Tentando responder, como as mulheres conseguiram borrar as fronteiras das relações de sexo/gênero e se tornaram árbitras no futebol, outras abordagens serão levantadas com algumas teóricas feministas.

Utilizaremos os estudos de Judith Butler e Guacira Louro, a primeira, com a teoria queer, pesquisa normas de gênero, e Louro, defende “desconstruir o currículo”, inserindo “queer” na educação, disseminando a teoria citada no Brasil e focando a construção dos corpos vividos e socialmente construídos. Ambas têm como objeto de estudo o corpo: abjeto/perfomático e/ou educado/socialmente adestrado.

Teresa de Lauretis (1998), com o texto “A tecnologia do gênero”, versando sobre a imposição social nos comportamentos sexuais, faz uma crítica do conceito de gênero e defende outra base argumentativa, que seja fora do binarismo/patriarcado, onde pretendemos trazer nosso ponto de vista, justificando o projeto, referenciado no dimorfismo. Associamos com o “campo social”, ortodoxia/heterodoxia (dominantes e dominados) e o conceito de “habitus” desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1989, 2014) - sistema de esquema de ação, a pensar em organizações sociais, que, para nós, resultam também na “tecnologia do brinquedo” e seus efeitos, corroborado com o estudo de Suely Messeder (2012), com o tema “Precisa isso?!”.

A Educação Física, se introduz, na produção do conhecimento sobre a corporeidade feminina e participação destas nos esportes. Desta forma, com a questão da divisão sexual no trabalho desportivo, procuramos discutir sobre a desnaturalização dos corpos e desconstrução de paradigmas sob conceitos que aprisiona as mulheres no seu corpo biológico. Nesse sentido, ao discorrer sobre “desconstrução”, Butler e Jacques Derrida contribuem com a ideologia da desestabilização de binarismos linguísticos e conceituais, focando corpo e representação.

Berenice Bento (2006), em seu estudo intitulado “A reinvenção do corpo” – mostra, numa forma arqueológica e genealógica, informações contundentes nas reflexões sobre a origem da “naturalização” dos corpos, onde percebemos a *engenharia da construção dos corpos sexuais*, a partir de uma intencionalidade, cuja autora, baseada nas diferenças anatômicas e biológicas, citando Laqueur (2001), afirma “a inexistência de obras escritas antes do século 17 que tivesse essas diferenças como tema” (p. 113). Segundo a mesma, “Para os médicos da Renascença, havia um sexo único e pelo menos dois sexos sociais com direitos e obrigações distintos. O sexo biológico, que se usa como base e referência para a construção dos gêneros contemporaneamente, inexistia. [...]” (BENTO, 2006, p.119).

Os estudos culturais nos darão grande contribuição, refletindo com Clifford Geertz (1989), autor que tem a cultura como um conjunto de atos simbólicos, conforme interpretamos ser uma contínua reconstrução, confirmado com Adam Kuper (2002), no texto “Cultura: a visão dos antropólogos”, contexto que através de Stuart Hall (2003), buscaremos melhor compreensão.

Para nós, a discussão a respeito da naturalização dos corpos deve suplantar os encontros feministas e ser inserida no âmbito da educação. Por isso, destacamos autoras que focalizam corpo/sexo/gênero/cultura nos estudos concernentes à educação escolar. São elas:

Maria Augusta Gonçalves (corporeidade e educação/ educação espaço de luta pelas transformações sociais); Priscila Dornelles (pesquisadora das práticas sexualmente diferenciadas nas aulas de educação física); Silvana Vilodre Goellner (a produção cultural do corpo/reflexão sobre o corpo da mulher na educação e na educação física); Maria do Carmo Saraiva (o conceito de gênero no plano teórico/ a pluralidade de pensamento sobre representações sexuais) e Patrícia Lessa (Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas/ Mulheres à venda/ A tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968).

Nas últimas décadas, observamos, visíveis mudanças nos comportamentos e práticas de mulheres “[...] que não agem de acordo com as expectativas do dimorfismo, nos levam a pensar nas fissuras das normas de gênero [...]” (BENTO, 2006, p. 122). Destacamos como exemplo grupos de mulheres que respaldam essa ideia: praticantes e treinadoras de esportes masculinizados, fisicamente treinadas, árbitras de futebol, lutadoras, as hipertrofiadas e competidoras fisiculturistas, componentes de uma nova identidade que se re/desenha na sociedade, considerada categoria de mulheres fisicamente mais fortes.

CONCLUSÕES

A relação que fazemos nesse estudo, entre a divisão sexual no futebol e as diferenças físicas entre os sexos, está longe de denúncia e muito mais próxima de uma amigável relação de gênero para com os sujeitos vinculados nestes setores, que acreditam nas construções sexuais. São devido à necessidade de dar visibilidade a estas questões como sociais e políticas, agregando às discussões dois fatores ambíguos que dificultam melhorar a relação de gênero no esporte: primeiro, concernente ao equivocado critério da exigência de igualdade física entre os sexos na seleção de determinados setores de trabalho, quando se dizem compreender tais diferenças como construção social (assim interpretada com a exigência em questão); e, segundo, a utilização do paradigma da fragilidade física versus força inata entre os sexos para a justificativa da não inclusão de gênero pelos

não convencidos das discussões e comprovações feministas e pós-estruturalistas sob a questão da natureza/cultura (assim por nós interpretada).

Tanto um fator como o outro parecem ter como consequência a perpetuação da supremacia masculina nestes campos, a divisão sexual no esporte e, muitas das vezes, a exclusão, conjunto de fatores que tornam o prejuízo às mulheres e vai contra a convenção da ONU e dos direitos iguais entre os sexos.

Por outro lado, é importante compreender que as oportunidades e inclusões femininas que vem ocorrendo em práticas desportivas e em setores masculinizados têm possibilitado, na atualidade, a existência de mulheres com o desenvolvimento físico-corporal e aptidões físicas próximas do sexo oposto, que desempenham mesma atividade e, por vezes, superior aos homens que não treinam. Esta questão específica, no entanto, não faz parte da realidade da população feminina, parece uma nova identidade que se apresenta.

REFERENCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo II*. Experiência vivida. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: 1ª Ed. 2003.

GUEDES, D. P; GUEDES, Joana. E.R.P. *Crescimento, Composição Corporal e Desempenho Motor de crianças e adolescentes*. São Paulo: CLR Balieiro, 2002.

GUEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. 1.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOURO, Guacira. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade: tradução Tomaz Tadeu da Silva*. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira. *Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação: Estudos Feministas*, ano 9. , 2/2001. p. 541-553.

NIEMAN, D.C. *Exercício e Saúde: Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento*. São Paulo: Manole, 1999.